



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA CENTRO DE CIÊNCIAS DE
CODÓ - CCCO
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS/HISTÓRIA

ANA KARLA FERREIRA DA COSTA
MARIA FRANCISCA DA SILVA TORRES

O PIBID e as experiências vivenciadas na escola municipal Senador Alexandre Costa

CODÓ-MA
2025



ANA KARLA FERREIRA DA COSTA
MARIA FRANCISCA DA SILVA TORRES

O PIBID e as experiências vivenciadas na escola municipal Senador Alexandre Costa

Trabalho de conclusão de curso, escrito na modalidade de artigo científico e enviado à Coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História do Centro de Ciências de Codó da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas/História.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva



FICHA CATOLAGRÁFICA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ferreira da Costa, Ana Karla.

O PIBID e as experiências vivenciadas na escola
municipal Senador Alexandre Costa / Ana Karla Ferreira da
Costa, Maria Francisca da Silva Torres. - 2025.

30 p.

Orientador(a): José Carlos Aragão Silva.

Curso de Ciências Humanas - História, Universidade
Federal do Maranhão, Codó, 2025.

1. Pibid. 2. Educação Básica. 3. Escola Sdor.
Alexandre Costa. 4. Lei 10.639/2003 e 11.645/2008. I.
Aragão Silva, José Carlos. II. da Silva Torres, Maria
Francisca. III. Título.



O PIBID e as experiências vivenciadas na escola municipal Senador Alexandre Costa

Trabalho de conclusão de curso, escrito na modalidade de artigo científico e enviado à Coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História do Centro de Ciências de Codó da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas/História.

Data da defesa: 22 / 08 / 25

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva Orientador (UFMA)

Profa. Dra. Jascira da Silva Lima (UFMA)

Profa. Ma. Joana Alice da Silva Melo (UFMA)



AGRADECIMENTOS

Ana Karla Ferreira da Costa

Agradeço a Deus, pelas bênçãos concedida e por nunca me deixar desistir. À minha família, pilar fundamental durante minha jornada. Aos meus pais, Marinalva e Iran, que me deram todo o apoio e incentivo, que muito contribuíram para minha trajetória acadêmica. Aos meus irmãos, Ana Alice e Antônio Carlos, por todos os conselhos e ajuda quando precisei.

Aos meus amigos, que compartilharam comigo a jornada acadêmica deixando ela mais leve, em especial à Vanessa Cardoso, pelas palavras de ânimo e incentivos. À Maria Francisca, minha companheira nesse trabalho, a quem sou grata por partilhar comigo essa experiência.

Expresso minha gratidão ao meu companheiro, Carlos Filipe. Agradeço por todo apoio e incentivo constante, que foram fundamentais para minha determinação e confiança ao longo dessa jornada.

Agradeço ao PIBID por ter proporcionado experiências significativas para minha formação, enriquecendo o meu processo de aprendizado. À CAPES pela bolsa de iniciação a docência. Ao meu professor e orientador, José Carlos Aragão, por toda orientação e auxílio durante a realização deste trabalho.

Obrigada a todos que contribuíram de forma direta ou indiretamente na minha formação e desenvolvimento deste trabalho.



Maria Francisca da Silva Torres

Em primeiríssimo lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida, pela oportunidade de concluir essa meta tão sonhada por mim, sou grata por toda fidelidade nessa jornada, que embora difícil, se tornou mais leve com a presença do todo-poderoso.

Durante minha caminhada na graduação, tive o prazer de conhecer pessoas incríveis, as quais marcaram minha história, e que durante esse ciclo estiveram comigo. Tivemos bons momentos, compartilhando ideias e aprendendo uns com os outros, isso foi enriquecedor. À essas pessoas, meus sinceros agradecimentos, obrigada por tudo que me ensinaram nessa trajetória.

Agradeço aos meus pais, Antônia Maria da Silva Torres e Raimundo Nonato Dias Torres, sou eternamente grata por tudo que fazem na minha vida e por ajudar a me tornar a pessoa que sou hoje. Nessa jornada, sem vocês, certamente eu não conseguiria finalizar este trabalho. Aos meus Irmãos, Antônio Francisco da Silva Torres e Maria Beatriz da Silva Torres, obrigada pelo incentivo, pela força e companheirismo durante essa etapa.

Aos meus amigos João Paulo Costa da Silva e Sheila Cristina Ribeiro da Cruz, obrigada pelos momentos de partilha e pela amizade e por toda a ajuda acadêmica.

Agradeço ao meu companheiro William Soares Santos, pelo apoio nesta jornada, grata por todo o cuidado e cumplicidade.

De modo especial, agradeço a minha parceira de projeto Ana Karla, sou extremamente grata pelo apoio e por compartilhar comigo esse momento, essa conquista que é nossa. Quero agradecer ao nosso orientador Prof. Dr. José Carlos Aragão, obrigada por todo o aprendizado, pelo apoio, paciência e por abraçar essa pesquisa.

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- PIBID a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a toda a equipe do Núcleo de Assistência Estudantil - NAE, obrigada por ter contribuído nos meus 4 anos de graduação. A todos que contribuíram nesse processo, nesse ciclo, meu muito obrigada!



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Discussão referente aos livros e suas abordagens sobre os indígenas, a África e cultura afro-brasileira ocorridas durante a formação.....	13
Figura 2: A) Fachada da escola Senador Alexandre Costa. B) Apresentação do projeto aos alunos de 9º ano A e B realizado na sala de aula dos alunos do 9º ano do turno vespertino.....	14
Figura 3: Alunos realizando o desfile no pátio da escola Alexandre Costa.....	22
Figura 4: A) Aluno fazendo o acompanhamento da leitura de explicação de cartilha.B) Alunos no pátio da escola Senador Alexandre Costa participando da última atividade realizada pelos pibidianos.....	24



SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	11
2.PERCURSO METODOLÓGICOS	13
3.OS RESULTADOS DAS EXPERIÊNCIAS PIBIDIANAS.....	16
3.1 A Lei 10.639/2003 e 11.645/2008 e as estratégias do PIBID para sua aplicação na Escola Senador Alexandre Costa.....	16
3.2 Comemorando o dia da Consciência Negra.....	22
3.3 A culminância das experiências do PIBID na Escola Senador Alexandre Costa.....	24
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	28



O PIBID e as experiências vivenciadas na escola municipal Senador Alexandre Costa
PIBID and the experiences lived at the Senador Alexandre Costa municipal school
PIBID y experiencias en la escuela municipal Senador Alexandre Costa

Ana Karla Ferreira da Costa¹

Maria Francisca da Silva Torres²

José Carlos Aragão Silva³

RESUMO: O presente artigo é resultado das experiências vivenciadas no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), com o Subprojeto “A África, a afrodescendência e a superação do racismo nas escolas da Educação Básica de Codó a partir da aplicação da lei 10.639/2003 e 11.645/2008”, desenvolvido na escola Unidade Integrada Municipal Senador Alexandre Costa, no município de Codó, Maranhão. Nesta narrativa são apresentadas as vivências de iniciação à docência e as aprendizagens obtidas a partir das atividades didático-pedagógica que ocorreram durante a participação no PIBID entre os anos de 2022-2024. Durante esse período de aquisição de conhecimentos a partir de diferentes textos e autores que defendem o PIBID como um programa essencial para valorização da formação de futuros professores, diversos temas foram apresentados destacando a importância da implementação das legislações relacionadas à valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena na escola campo. Assim, no decorrer desse artigo o leitor irá se deparar com as experiências aplicadas pelas autoras e suas estratégias metodológicas para falar sobre os afrodescendentes, a cultura afro-brasileira, indígena e a importância do combate cotidiano do racismo. Essa pesquisa é de cunho qualitativo, no qual, foram realizados estudos de referências bibliográficas a partir de artigos, livros, site, que abordam o programa PIBID, e as referidas leis. Por fim, constatou-se, ainda, a necessidade da efetiva aplicação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, fato que ainda carece de trabalho de toda comunidade escolar.

Palavras-chave: PIBID; Educação Básica; Escola Sdor. Alexandre Costa; Lei 10.639/2003 e 11.645/2008.

¹ Graduanda em Licenciatura em Ciências Humanas/História/CCCO/UFMA.

² Graduanda em Licenciatura em Ciências Humanas/História/CCCO/UFMA.

³ Orientador, Professor Associado do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História/CCCO/UFMA



ABSTRACT: This article is the result of experiences in the Institutional Teaching Initiation Grant Program (PIBID), with the Subproject "Africa, Afro-descendants, and Overcoming Racism in Basic Education Schools in Codó through the Application of Laws 10.639/2003 and 11.645/2008," developed at the Unidade Integrada Municipal Senador Alexandre Costa School in the municipality of Codó, Maranhão. This narrative presents the experiences of teaching initiation and the learning gained from the didactic-pedagogical activities that took place during participation in PIBID between 2022 and 2024. During this period of knowledge acquisition from different texts and authors who defend PIBID as an essential program for valuing the training of future teachers, several topics were presented, highlighting the importance of implementing legislation related to the appreciation of Afro-Brazilian and Indigenous history and culture in rural schools. Thus, throughout this article, the reader will encounter the authors' experiences and methodological strategies for discussing Afro-descendants, Afro-Brazilian and Indigenous cultures, and the importance of combating racism on a daily basis. This qualitative research involved a review of bibliographical references from articles, books, and websites addressing the PIBID program and the aforementioned laws. Finally, the need for effective implementation of Laws 10.639/2003 and 11.645/2008 was also identified, a matter that still requires work by the entire school community.

Keywords: PIBID; Basic Education; School Sdor. Alexandre Costa; Law 10.639/2003 and 11.645/2008.

RESUMEN: Este artículo es el resultado de las experiencias del Programa Institucional de Becas de Iniciación Docente (PIBID), con el Subproyecto "África, Afrodescendientes y la Superación del Racismo en las Escuelas de Educación Básica de Codó mediante la Aplicación de las Leyes 10.639/2003 y 11.645/2008", desarrollado en la Escuela Unidad Integrada Municipal Senador Alexandre Costa, en el municipio de Codó, Maranhão. Esta narrativa presenta las experiencias de iniciación docente y los aprendizajes adquiridos en las actividades didácticas y pedagógicas realizadas durante la participación en el PIBID entre 2022 y 2024. Durante este período de adquisición de conocimiento a partir de diferentes textos y autores que defienden el PIBID como un programa esencial para valorar la formación de futuros docentes, se presentaron diversos temas, destacando la importancia de implementar la legislación relacionada con la valoración de la historia y la cultura afrobrasileñas e indígenas en las escuelas rurales. Así, a lo largo de este artículo, el lector descubrirá las experiencias y estrategias



metodológicas de los autores para abordar las culturas afrodescendientes, afrobrasileñas e indígenas, y la importancia de combatir el racismo en la vida cotidiana. Esta investigación cualitativa implicó una revisión de referencias bibliográficas de artículos, libros y sitios web que abordan el programa PIBID y las leyes mencionadas. Finalmente, se identificó la necesidad de una implementación efectiva de las Leyes 10.639/2003 y 11.645/2008, un asunto que aún requiere el trabajo de toda la comunidad escolar.

Palabras clave: PIBID; Educación Básica; Escuela Sdor. Alexandre Costa; Leyes 10.639/2003 y 11.645/2008.

1. INTRODUÇÃO

Regulamentado em 2007 pela Capes⁴, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) “é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica” (Capes, 2016). O programa tem ainda como base legal, a lei que estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996; essa lei tem como finalidade a autorização de bolsas de estudo e de pesquisa aos participantes do programa PIBID, RP⁵ e outros programas de formação inicial e continuada.

São objetivos do PIBID:

- I - Incentivar a formação de docentes em nível superior para a Educação Básica;
- II- Contribuir para a valorização do magistério;
- III - Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre a Educação Superior e a Educação Básica;
- IV - Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de carácter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- V - Incentivar escolas públicas de Educação Básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;
- VI - Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura (Brasil, 2010).

Para que todos esses objetivos sejam cumpridos, o PIBID conta com um Coordenador Institucional Docente da instituição de ensino superior que elaborou o projeto, o qual é também o professor responsável pelo funcionamento do programa perante a Capes. Coordenador da

⁴ CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

⁵ RP: Residência pedagógica. Esse programa foi extinto em 2024 quando o PIBID voltou ao seu formato inicial.



Área de Gestão de Processos Educacionais Docente⁶ da mesma instituição de ensino superior, o qual é responsável por auxiliar o Coordenador Institucional na gestão do projeto.

Assim como é responsável por estar diretamente envolvido no acompanhamento dos bolsistas e professores que são responsáveis pelo diálogo com as escolas atendidas pelo programa. Na escola onde funciona o projeto, temos o Coordenador do Subprojeto, o qual atua numa área da licenciatura específica de sua formação, o Supervisor Docente que acompanha o graduando em sua iniciação à docência e o bolsista de Iniciação à Docência, também conhecido como pibidiano.

Direcionado inicialmente às Instituições Federais de Ensino Superior, a primeira versão do Programa, em 2007, atendia cerca de 3.000 bolsistas das áreas de Física, Química, Biologia e Matemática. A partir de 2009 o PIBID expandiu-se rapidamente, incluindo Universidades Públicas Estaduais, Municipais e Comunitárias, abrangendo todas as licenciaturas (Ambrosetti *et al.*, 2013, p.159).

O programa possibilita um contato direto do professor em processo de formação docente com a escola, com o aluno e com todos os aspectos político-pedagógicos da instituição educativa de forma diferenciada (Silva *et al.*, 2012). Essas aproximações permitem aos discentes uma experiência que contribui para que o futuro profissional da educação possa colocar a teoria aprendida na universidade em prática na dinâmica escolar, além de contribuir para o desenvolvimento de práticas metodológicas e habilidades de ensino necessárias para melhorar a transmissão do conhecimento.

O PIBID ainda contribui para o processo formativo de licenciandos e docentes na educação básica, pois, como afirma Rausch; Frantz (2013, p. 4), “com esse projeto [...] existe a possibilidade de trocas e melhorias nos processos de ensinar e de aprender tanto na educação básica, quanto na universidade”. Mas os benefícios do PIBID não se restringem apenas aos participantes do programa, beneficiam também as escolas parceiras, como afirma (Holanda; Silva, 2013, p.3):

Uma vez que são escolhidas aquelas com baixo rendimento escolar, que além de contar com a contribuição dos bolsistas e voluntários para alcançar melhores resultados, ainda contribuem para formação inicial desses e da formação continuada do professor da escola, o supervisor do projeto.

A inserção das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 surge como um marco inicial para a transformação da sociedade que, por séculos, é marcada por preconceito e discriminação racial.

⁶ O Coordenador de Gestão deixou de existir em 2017, só retornando nos projetos PIBID apresentados em 2025.



As leis abrem espaço para construir caminhos de combate à discriminação e para a construção de respeito às diferenças culturais e sociais.

Munanga (2015) destaca que a saída não está na erradicação da raça e dos processos de construção da identidade racial, mas sim em uma educação e socialização que enfatizem a coexistência ou a convivência igualitária das diferenças e das identidades particulares.

De acordo com Costa; Silva (2019), as primeiras experiências do PIBID no campus da UFMA de Codó, atualmente Centro de Ciências de Codó, ocorreram em 2012, envolvendo dois subprojetos: um voltado à iniciação docente em contextos afrodescendentes, com ênfase na alternância e no ensino formal na Zona Rural de Codó, realizado na Escola Família Agrícola na comunidade Monte Cristo, e outro dedicado à Horta Orgânica como ferramenta de ensino, desenvolvido na Escola Modelo Municipal Remy Archer.

Segundo Costa; Silva (2019), no início, cada Subprojeto possuía sete bolsistas, contudo em 2012 houve uma ampliação quanto ao número de bolsistas, elevando esse número para 20 por curso. Em 2017, o programa manteve parceria com oito escolas de Educação Básica, entre elas a escola Unidade Integrada Senador Alexandre Costa, que já faz parte do programa desde 2016.

Uma parceria que permaneceu até o ano de 2024, com a aplicação do Subprojeto “África, a afrodescendência e a superação do racismo nas escolas da Educação Básica de Codó a partir da aplicação da lei 10.639/2003 e 11.645/2008”. A inserção do Subprojeto na escola teve como escopo a valorização e respeito à diversidade cultural com atividades voltadas para combate ao racismo.

A realização deste artigo se justifica por interpretar as vivências na prática e sua relação com as teorias e com os conhecimentos, enriquecendo o processo acadêmico e profissional através do PIBID e contribuindo para o conhecimento sobre os afrodescendentes, indígenas e a cultura afro-brasileira, por meio das atividades didáticas-pedagógicas realizadas na escola.

Diante disso, o objetivo desse trabalho é relatar as experiências vivenciadas pelas pibidianas na escola Senador Alexandre Costa, dentro do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), destacando sua importância para os licenciandos em formação e para a escola campo.

O presente artigo está dividido em quatro partes. A primeira diz respeito aos procedimentos metodológicos para construção do trabalho, onde também é pontuado os caminhos de preparação para o desenvolvimento das atividades pedagógicas; a segunda traz um recorte sobre a lei 10.639/2003 e 11.645/2008, em que também é descrito a atividade de leitura utilizada para trabalhar a temática; a terceira narra a atividade desenvolvida para refletir sobre a dia da consciência negra; a quarta parte, apresenta uma atividade que teve como objetivo



apresentar os resultados das experiências vivências através do PIBID na escola.

2. PERCURSOS METODOLÓGICOS

O estudo caracteriza-se como um relato de experiência, com abordagem qualitativa, desenvolvido a partir das atividades do PIBID na escola Senador Alexandre Costa. Com a divulgação do resultado e dado a distribuição dos pibidianos em suas respectivas escolas, as atividades foram iniciadas através de uma reunião online com o Coordenador e com todos os bolsistas e voluntários pibidianos, além dos supervisores das três escolas vinculadas ao programa.

Na oportunidade, o coordenador deu as boas-vindas e apresentou as propostas do Subprojeto. Adiante, foi realizado na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, no Centro de Ciências de Codó, uma formação com todos os pibidianos do curso de História para conhecer as temáticas a serem trabalhadas nas escolas da rede básica.

Entre os meses de julho e agosto de 2023, reuniram-se na UFMA Campus Codó, o Coordenador docente, as supervisoras e todos os pibidianos para conhecer a lei 10.639/2003 e 11.645/2008, destacando as principais mudanças ocorridas junto às populações negras e indígenas após a promulgação das leis; discutir sobre o racismo; a África; a cultura afro-brasileira; além de conhecer obras e autores que discutem sobre as questões colocadas no subprojeto, assim analisar como são trabalhadas e discutidas a cultura afro-brasileira, a África, e o racismo no ambiente escolar e sondar como são discutidos nos livros didáticos.

Figura 1: Discussão referente aos livros didáticos e suas abordagens sobre os indígenas, a África e cultura afro-brasileira ocorridas durante a formação.



Fonte: Autoria própria (2023).

Ainda no mês de agosto de 2023 após a formação, a etapa seguinte foi conhecer a escola onde iríamos desenvolver metodologias para aplicação do subprojeto. A visita à escola foi marcada por um momento importante de integração, em que tivemos a oportunidade de



conhecer todo o corpo docente. Na ocasião, a supervisora técnica discutiu conosco o horário e as turmas em que atuamos, assumimos a responsabilidade pelas turmas do 9º ano A e B e do 7º ano B, no turno vespertino.

Em seguida, foi o momento de apresentação das pibidianas e do projeto “África, a afrodescendência e a superação do racismo nas escolas da Educação Básica de Codó a partir da aplicação da lei 10.639/2003 e 11.645/2008” aos estudantes, na oportunidade apresentamos os objetivos que estaria em pauta. No decorrer do diálogo realizamos uma roda de conversa para discutir com as turmas sobre as leis (figura 2).

Buscamos refletir com os alunos sobre racismo, preconceito e respeito às diferenças, destacando a importância de praticar as leis. O que foi uma ação muito relevante, pois trazer essas discussões para sala de aula proporciona aos alunos uma construção de senso crítico, ao mesmo tempo que provoca reflexões sobre as reais condições dos negros e dos indígenas na sociedade brasileira.

Segundo Neusa Lopes (2005, p.187):

o combate ao racismo, ao preconceito e a discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas semelhanças, ainda são iguais entre si e iguais a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, e criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais.

Procuramos discutir também com os alunos presentes, como a multiculturalidade brasileira é ilustrada nos livros didáticos e trabalhada em ambiente escolar. Tais discussões foram essenciais, pois, como afirma Silva (2005) no livro “Superando o Racismo na escola”, o livro didático ainda é um dos principais materiais de apoio pedagógico utilizado pelos professores, principalmente nas escolas da rede públicas, onde, na maioria dos casos, se torna a única ferramenta de auxílio tanto para o professor como para o aluno.

Contudo, devido a sua importância e o caráter de “verdade” que lhe é atribuído, o livro didático torna-se um dos principais responsáveis pela expansão de estereótipos e, consequentemente, pelo preconceito e exclusão do outro.

Dentro desse contexto, faz-se necessário que os professores, como mediador e formador de opinião, bem como as redes de ensino, atendam as propostas das leis vigentes, e sejam inovadores de ações e instrumentos pedagógicos, pois, “se a educação não transforma sozinha a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 2000, p. 67).



Figura 2: **A)** Fachada de entrada da escola Senador Alexandre Costa. **B)** Apresentação do projeto aos alunos de 9º ano A e B realizado na sala de aula dos alunos do 9º ano do turno vespertino.



Fonte: Autoria própria(2023).

Depois da discussão prévia referente a temática, a etapa seguinte foi o planejamento das atividades didáticas-pedagógicas para serem trabalhadas na escola, no qual foram descritas três dessas estratégias metodológicas: o método de contação de histórias, a atividade do Dia da Consciência Negra e a culminância do Subprojeto.

O método da contação de histórias, cada texto foi escolhido de forma coletiva pelas pibidianas da escola Senador Alexandre Costa, com orientação do Coordenador. Cada texto foi lido e discutido, a partir da discussão foi escolhida uma estratégia para trabalhar os textos em sala de aula. É importante destacar que cada pibidiana desenvolveu a atividade de leitura nas suas respectivas turmas, onde foram utilizados os mesmos textos e metodologias em ambas as turmas.

Para o desenvolvimento da atividade do Dia da Consciência Negra, foi realizada uma reunião entre as pibidianas da escola Senador Alexandre Costa para discutir o projeto, pontuar o que seria realizado e como a atividade seria executada, além de fazer uma distribuição de tarefas. Nessa divisão ficamos responsáveis por orientar os alunos na apresentação da peça teatral e ir de sala em sala, avisar sobre a atividade e perguntar quem gostaria de participar do desfile. A atividade contou ainda com o apoio de todo corpo docente da escola, que prestaram apoio durante todo o processo da atividade, desde o planejamento até a sua aplicação.

A culminância do subprojeto foi realizada por todos os pibidianas do curso de História. Para a sua execução, foi criado um material de apoio para os alunos que trazia um resumo da temática trabalhada durante a aplicação do subprojeto. Houve a criação de uma dinâmica para ser desenvolvida no dia do evento, além de todo o preparo para discussão acerca da relevância do PIBID para carreira docente e a importância da inserção da lei 10.639/2003 e 11.645/2008 nas escolas.



3. OS RESULTADOS DAS EXPERIÊNCIAS PIBIDIANAS

3.1 A Lei 10.639/2003 e 11.645/2008 e as estratégias do PIBID para sua aplicação na Escola Senador Alexandre Costa

Aprovada em 9 de janeiro de 2003, a lei 10.639/2003 promoveu mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos educacionais. “Esse marco legal é fruto de décadas de luta do movimento negro e um direito conquistado para toda a população brasileira” (Benedito *et al.*, 2023, p. 15).

A lei ganha relevância por ser uma iniciativa de promover a igualdade racial e por estabelecer indicadores que buscam desconstruir preconceitos enraizados na sociedade. A lei 11.645/2008 de 10 de março de 2008, que altera a lei 10.639, estabelece em suas diretrizes e bases da educação nacional a inclusão, no currículo oficial da rede ensino, a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena (Brasil, 2008).

Deste modo, o conteúdo programático descrito na Lei, precisamente no artigo 26-A, se lê:

incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (Brasil, 2008).

Nessa perspectiva, a implementação da lei 11.645/2008 representa uma forma de reparação à luta dos povos indígenas pelo reconhecimento de sua história, cultura e participação na configuração étnica brasileira, uma luta que é marcada por grandes desafios.

Nota-se, diante dessas duas leis, a importância das instituições de ensino superior incluírem na sua grade curricular disciplinas acerca do ensino da história afro-brasileira e indígena, não mais como conteúdos optativos e sim como componentes obrigatórios para a formação crítica e ampla dos estudantes, contribuindo, assim para a formação de docentes aptos a trabalhar essa temática de forma prática e efetiva no ambiente escolar.

Com isso, faz-se necessário promover a formação e o preparo dos professores para o enfrentamento das mais diversas situações, as quais inclui a diversidade étnico-racial presente na escola, em que o professor enquanto mediador precisa fazer uso de metodologias de modo a valorizar a cultura e história de todas as identidades.

Segundo Negrão, (1988 *apud* Antunes; Nogueira, 2018) “a representação do negro



ocorre de forma inferior à do branco”, e a representação dos indígenas sempre ocorre de forma enfocada ao passado”. CF. Telles, (1988 *apud* Antunes; Nogueira, 2018). E esse problema sustentado pelo livro didático surge como uma barreira em sala de aula, em que o professor precisa criar estratégias de ensinos que rompam as formas negativas como os negros e indígenas são representados nos livros didáticos, e desse modo realizar uma aula que contribuía positivamente para todos.

Sousa (2005, p.112) ressalta que:

A sala de aula e a escola como um todo tem se caracterizado como um espaço de conflito no qual as crianças e adolescentes, negras e negros, sentem dificuldade de consolidar, positivamente, sua identidade e sua autoestima. Isto dá-se, principalmente, pela costumeira vinculação do negro com situações ou coisas pejorativas, através de apelidos e comparações grosseiras e desagradáveis.

O livro didático na maioria das vezes traz representações associadas a escravidão e a pobreza, provocando desconforto aos estudantes que estão em fase de consolidação de sua identidade e valorização, sabendo ainda que, esse tipo de abordagem do livro, atravessa o ambiente escolar e, lá fora, se reproduz em forma de racismo e discriminação, que impactam profundamente na forma como os sujeitos negros se identificam.

De fato, a implementação das Lei 10.639/03 e 11.645/08 nas escolas de educação básica é um desafio, pois envolve a formação dos professores sobre conhecimentos dessas leis, a elaboração de materiais didáticos adequados e a mudança de normas dentro das instituições de ensino. Considerando todo o contexto de implementação e conhecimento sobre essa lei, o projeto veio com o intuito de trabalhar, a partir de atividades didático-pedagógicas, a efetiva aplicação destas leis.

Acerca da necessidade de rever a história contada sobre os negros, Munanga (2015, p. 25) questiona se:

É possível ensinar a história do Brasil sem incluir a história de todos os grupos étnico-raciais que aqui se encontraram em condições históricas diferentes e desiguais? De que maneira é ensinada ou foi ensinada a história da África e dos brasileiros de ascendência africana no sistema educativo brasileiro? A análise crítica da historiografia brasileira ainda existente mostra que essa história foi ensinada de maneira distorcida, falsificada e preconceituosa, comparativamente à história de outros continentes, principalmente do continente europeu e dos brasileiros de ascendência europeia.

Esses fatores apontados por Munanga, são realidade que nós experienciamos durante o projeto, muitas vezes a preocupação de como trabalhar o tema com as crianças e como desconstruir o que já está enraizado se tornava um desafio, especialmente, porque, muitas das vezes precisávamos ir além daquilo que é visto como “verdade absoluta” — o livro didático.



Isso fez com que recorrêssemos a matérias não didático para ampliar a compreensão dos estudantes a respeito dos negros e indígenas dissipando assim, a visão colonialista que ainda persiste sobre esses povos.

Percebe-se que, desde o princípio a dificuldade estave na própria escola, que produziu e reproduziu a discriminação racial. Diante disso, foram mobiliza leis que garantissem a inclusão da história dos negros de forma não preconceituosa.

Entretanto, o maior desafio, continua sendo a desconstrução dessa imagem estigmatizada, já que a identidade negra é construída ao longo da trajetória escolar. Assim, a escola assume um papel fundamental na consolidação dessa identidade, pois a maneira como o negro é retratado ou representado influência diretamente na forma como ele é visto e concebido socialmente.

É importante ressaltar que as lutas pela educação voltada para os negros percorreram um longo período, sendo requeridas constantemente. Marchas e documentos foram entregues requerendo o fim da discriminação racial nas escolas. Inclusive do monitoramento do material didático.

Contudo, o ensino básico é uma etapa muito importante na vida escolar do aluno brasileiro e nós, enquanto professores, somos responsáveis por criar metodologias para levar os saberes da cultura, discutir e fortalecer os saberes sobre a História dos afrodescendentes e a cultura afro-brasileira e indígena como propõe as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no cotidiano das escolas, não deixando de fazer discussões a respeito dos saberes e valores históricos e culturais construídos por esses povos que são a base da formação do Brasil.

A inserção do Subprojeto “África, a afrodescendência e a superação do racismo nas escolas da Educação Básica de Codó a partir da aplicação da lei 10.639/2003 e 11.645/2008” na escola Senador Alexandre através do PIBID, possibilitou o uso de estratégias didáticas-pedagógicas para o fortalecimento do conhecimento da história e da cultura afro brasileira e indígena, visando a superação de estereótipos historicamente construídos acerca desses povos e de suas culturas e, desse modo, valorizar a história e cultura afrobrasileira, africana e indígena como formadores e integrante da sociedade brasileira.

Nesse contexto, uma das estratégia utilizada nesse processo foi a atividade de contação de histórias, realizadas entre os meses de agosto e setembro com o objetivo de contribuir para as discussões referente às citadas leis, a construção da sociedade brasileira e elevar a autoestima das crianças negras e indígena, além incentivar a valorização e respeito à diversidade cultural afrobrasileira.

Durante o desenvolvimento da atividade de leitura foram lidos oito textos em cada



turma (Tabela 1), e que, por meio de cada texto, foi possível trabalhar em sala de aula diferentes assuntos.

Um dos livros trabalhados foi o “*O Cabelo de Lelê*”, de Valéria Belém. A obra narra a história de Lelê, uma menina brasileira que não se sentindo feliz com seus cabelos cacheados se indaga sobre a origem deles, encontrando a resposta para sua inquietação no livro “Países africanos”.

Neste livro Lelê descobre sobre a travessia forçada de africanos pelo Atlântico, um capítulo marcado pela violência, responsável por um trauma coletivo composto por sonhos interrompidos e medos herdados. Contudo, com essa travessia, a África se faz presente, nos corpos, na memória e nos enrolados cabelos como o dela.

Ao compreender a linhagem de seus fios, Lelê passa a reconhecer e aceitar seus cachinhos. Ela descobre que seus fios carregam uma herança rica, uma história marcada pela resistência e beleza, e assim, transforma o que era visto antes por ela como algo negativo em orgulho e identidade.

A partir dessa narrativa foi possível estabelecer em sala de aula uma discussão sobre os elementos que compõem a identidade negra, como o cabelo afro, abordado no enredo, que consiste em uma herança de origem africana e que é alvo de diversas palavras preconceituosas, tais como: “cabelo de bombril”, “cabelo ruim” e “cabelo duro”.

Segundo Nilma Lino Gomes (2012, p. 3):

o cabelo do negro na sociedade brasileira expressa o conflito racial vivido por negros e brancos em nosso país. É um conflito coletivo do qual todos participamos. Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, no caso dos negros o que difere é que a esse segmento étnico/racial foi relegado estar no pólo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco estar no pólo dominante.

Nesse sentido, é importante discutir como é comum que as meninas que têm o cabelo afro, desde muito cedo, tenham o desejo ou sejam encorajadas a utilizarem produtos químicos para alisar os seus fios, buscando se adaptar ao padrão estético imposto pela sociedade, e consequentemente acabar com as palavras preconceituosas, contudo, acabam rejeitando a sua própria identidade, idealizando que seus traços naturais são inadequado.

A leitura de *O Cabelo de Lelê* foi fundamental, pois permitiu à escola promover reflexões sobre identidade e estimular práticas antirracista. A discussão trazida através do livro permitiu que as crianças reconheçam a beleza da diversidade, aprendam a valorizar suas origens e desconstruir estereótipos que ainda persistem no imaginário social.

Outra obra lida e discutida em sala de aula foi o livro, *Todas as cores dos negros*, de



Arlene Holanda. A obra busca tratar em sua produção literária, a vida dos africanos antes, durante e depois do processo do tráfico transatlântico, com foco na resistência, preconceito, segregação social e no universo cultural e herança dos povos africanos no Brasil.

O texto permitiu trabalhar como foi introduzida a escravidão africana no Brasil, pontuando suas formas de resistência através de suas manifestações culturais de modo a ampliar os conhecimentos dos alunos a respeito da miscigenação e formação cultural brasileira. Os quais durante o processo de tráfico transatlântico, não só:

contribuíram apenas no âmbito do trabalho, mas marcaram a sociedade brasileira em outros aspectos: na forma como se organizavam em “nações”, na constituição de famílias (muitas vezes simbólicas), nas manifestações de religiosidade (catolicismo, islamismo e candomblé e da cultura (língua, lundu, batuque e capoeira (Mattos, 2007, p.13).

Servindo ainda como um recurso fundamental para trabalhar o racismo e estereótipos sociais criados pela sociedade. O que foi ação positiva, pois “a discriminação racial se reproduz em vários contextos sociais das relações entre negros e brancos. Nesse contexto, a escola não se encontra isenta dessas reproduções” (Santos, 2005, p.14), e ficam sujeitas a ações preconceituosas, como “me empresta o lápis cor de pele”, “Só podia ser preto”, “até tenho amigos negros”.

Outro livro foi, *A origem da lavoura*, conto indígena adaptado por Augusto Pessoa, que busca narrar em seu enredo como surgiu a lavoura. Através dessa narrativa foi realizado um diálogo acerca do trabalho na roça que consiste em uma prática realizada por um número significativo de habitantes que residem na região de Codó, Maranhão.

Também foi possível dialogar com os alunos sobre a culinária indígena presente na região, que introduziu a mandioca e a macaxeira, que são alimentos plantados, cultivados e preparados com uso de técnicas indígenas e que fazem parte da mesa de grande parte dos brasileiros.

Ademais, ao longo dos tempos, a imagem dos negros e indígenas vem sendo estereotipizada, no qual são criadas personificações que desvalorizam o negro e o indígena, logo as obras literárias são instrumentos utilizados na educação básica que podem reverter essa realidade. Até porque, como Cosson (2012, p.106) destaca uns dos principais objetivos do letramento literário nas escolas é formar “um leitor capaz de se inserir em uma comunidade, manipular seus instrumentos culturais e construir com eles um sentido para si e para o mundo em que vive”.

Jesus (2017, p.16) destaca que “a literatura pode contribuir para a construção de um



conhecimento cultural sobre as populações negras e indígenas e ser espaço privilegiado para abordagem de aspectos importantes da cultura, da história e das relações sociais”.

Nesse contexto, o uso da literatura desempenha um papel importante para o reconhecimento do negro e indígena no cenário Brasileiro. Através dessas narrativas, personagens e tema trabalhado, a literatura afro-brasileira e indígena permite que as crianças se identifiquem com os personagens negros ou indígenas, reconhecendo-se na história contada. Além disso, esse contato literário proporciona acesso a diversas tradições e costumes de forma lúdica e envolvente.

A ideia central é que a literatura não apenas reflete, mas também molda a compreensão que temos desses grupos sociais, abordando suas histórias, tradições, relações sociais e experiências de forma profunda, contribuindo para o respeito à diversidade e para a imaginação das crianças.

Ao explorar narrativas, personagens e contextos que representam essas culturas, a literatura oferece um espaço onde aspectos importantes da identidade, das lutas e das contribuições dessas populações podem ser discutidos e valorizados. Um exemplo disso é o livro “O cabelo de Lelê” de Valéria Belém, que é extremamente significativo em um mundo onde muitas vezes a história e a cultura de grupos marginalizados são ignoradas ou distorcidas. O trabalho com a literatura tornou-se uma chave poderosa que promoveu, nessa pesquisa, a valorização e o reconhecimento das diversidades culturais.

Tabela 1: Tabela dos textos lidos durante a atividade de leitura.

Textos trabalhados com os alunos de 9ºano A e B e 7ºano B.	
Textos	Autores
O pequeno príncipe preto	Rodrigo França
O Cabelo de Lelê	Valéria Belém
A Origem da Lavoura	Adaptação de Augusto Pessoa
Todas as cores dos negros	Arlene Holanda
As tranças de minha mãe	Ana Fátima
Lápis cor de pele	Sueli Ferreira De Oliveira
Como apareceu a rede de dormir	Adaptação de Augusto Pessoa
A Origem do rio Amazonas	Adaptação de Augusto Pessoa

Fonte: Autoria própria (2023).

3.2 Comemorando o dia da Consciência Negra

As atividades referentes ao Dia da Consciência Negra, ocorreu na Escola Senador Alexandre Costa no dia 23 de novembro de 2023. Na ocasião contamos com uma discussão realizada pelas pibidianas a respeito da importância da data de 20 de novembro, para combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial.



A metodologia utilizada para abordar essas violências vivenciadas pelos negros, foi a apresentação de uma peça teatral interpretada pelos alunos da escola. A encenação teve como objetivo, conscientizar a comunidade escolar sobre o contexto social em que os negros estão inseridos.

A peça teatral interpretada pelos alunos foi a peça retirada do *Youtube* que tem como tema “Racismo é crime: denuncie”. A peça trabalha em seu enredo o racismo praticado em uma parada de ônibus, em que na ocasião um jovem negro é acusado de roubo apenas pela cor de sua pele. Toda a cena é vista por um senhor negro que, por um medo construído em decorrência da realidade que vivem os negros, e, mesmo vendo o jovem sendo injustamente acusado e sofrendo agressões, não faz nenhuma interferência.

O teatro enquanto ensino e combate à discriminação racial na escola foi fundamental, pois esse repertório artístico permite ilustrar a realidade e a dimensão do racismo no Brasil. No qual mesmo com evolução expressiva nas relações étnico-raciais, e que embora esteja previsto na constituição de 1988 como crime, o combate ao racismo na sociedade brasileira ainda é um enorme desafio.

O imaginário étnico-racial que privilegia a “branquitude” não afeta somente os negros ou indígenas, mas todas as esferas da sociedade, como por exemplo, a religiosa. As religiões afro-brasileiras, por exemplo, não são valorizadas como uma manifestação legítima, e sim, tratada com indiferença e discriminação.

As ações preconceituosas que desqualificam esses grupos e salientam estereótipos negativos “são sentimentos construídos ao longo da vida, através do convívio com outras pessoas racistas ou preconceituosas e que transmitem essas ideias pejorativas sem nenhuma comprovação, apenas insistindo nos julgamentos negativos que eles têm sobre os outros” (Muller, 2006, p.123).

O Preconceito é a discriminação racial se reproduz em vários contextos sociais e “a escola não se encontra isenta dessas reproduções. Muito embora ela não seja meramente reprodutora de tais relações, acaba por refletir as tramas sociais existentes no espaço macro da sociedade” (Santos, 2005, p.14).

No âmbito escolar, são frequentemente as situações de discriminação e racismo, cujas crianças negras são as que mais são afetadas por essas apelidos pejorativas, no qual, em muitos dos casos essas ações são respondidas com agressões físicas resultando ainda na baixa autoestima e afetando a saúde mental das vítimas.

Diante disso, a forma ilustrativa discriminatória a pessoa negra realizada na peça teatral teve o objetivo de demonstrar as consequências que o racismo provoca ao indivíduo, os quais



são afetados diariamente pelas desigualdades sociais, discriminação e ações racista, levando ao público o entendimento de que vivemos em um país de miscigenação, que as pessoas possuem características físicas diferentes, e merecem total respeito, que ao presenciar ações racista tenham atitude de denunciar e não de compactuar ou silenciar-se o racismo.

Como finalização da atividade, foi realizado o desfile da beleza negra, o qual contou com quinze participantes, sendo quatro meninos e onze meninas. A ação teve como objetivo ressaltar a beleza negra, tornando o desfile em um evento importante, visto que a beleza negra nunca fez parte do padrão da sociedade brasileira e a realização do desfile surge como uma autoafirmação de ser negro. Para que não exista vergonha ou medo por parte dos afro-brasileiros de expor sua beleza enquanto indivíduo negro/a.

Figura 3: Alunos realizando o desfile no pátio da escola Alexandre Costa.



Fonte: Autoria própria (2023)

A realização dessas atividades mostra o quanto é importante trabalhar a questão da identidade negra como um processo, o qual deve ser discutido no ambiente escolar, tendo em vista que a identidade negra é constantemente vilipendiada, devido ao processo marcado por desvalorização de suas características físicas e culturais, cabelo, nariz, boca, pele, modo de se vestir.

O impacto deste tipo de prática que diminui e desqualifica o corpo negro é avassalador, principalmente, entre o público feminino, que se veem obrigadas a se adequar ao padrão aceito.

Os corpos dos negros escravizados pelos europeus sofreram comparações, como argumento para a criação de um padrão de beleza. A boca, o nariz, a pele e o cabelo foram elementos que cristalizaram de maneira simbólica o corpo do negro na cultura e na história (Teodoro; Cristina. 2023, p. 33).

Desconstruir essas imagens negativas dos corpos negros passa por uma reeducação na qual, a escola básica está completamente envolvida e comprometida em combater toda e qualquer forma de racismo, vendo nessa violência um elemento que precisa ser extirpado da escola e de nossa sociedade.



Ao discorrer sobre a luta contra os estereótipos que marginalizam o corpo do negro e a necessidade de reconhecer a diversidade cultural, Abdias do Nascimento (2008) destaca a importância de reconhecer a diversidade cultural e combater os estereótipos que marginalizam o corpo negro na sociedade. Sueli Carneiro (2012) reforça a necessidade de promover práticas educativas que desconstroem o racismo e valorizem as identidades negras, especialmente no ambiente escolar.

Em diálogo, ambos os autores pontuam a necessidade de uma educação que faça uso de instrumentos que valorizem a pluralidade cultural brasileira e contribua para a formação de sujeitos mais conscientes.

O desfile realizado teve um significado para além da estética negra, surgindo como uma ação de aceitação, empoderamento, valorização da autoestima e representatividade. Uma forma de fazer com que os alunos negros se sintam confiantes sobre sua identidade, mostrando que não aceitam o padrão socialmente imposto, mas acreditam que ser negro, é belo, é bonito, é diverso.

3.3 A culminância das experiências do PIBID na Escola Senador Alexandre Costa

A finalização do Subprojeto Pibid 2022-24 foi realizada na escola Integrada Municipal Senador Alexandre Costa. Essa atividade uniu todos os pibidianos do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História da UFMA, do Centro de Ciências de Codó, os Supervisores, o Coordenador do Subprojeto, além de todo o corpo docente da escola.

A atividade teve como objetivo avaliar e ressaltar as experiências vividas pelos pibidianos em sala de aula, assim como apresentar os materiais desenvolvidos pelos bolsistas, concomitante a um momento comemorativo pelos resultados conseguidos ao longo de um ano e oito meses de trabalho.

Para o desenvolvimento da atividade, contamos com um diálogo sobre a importância do Pibid para os graduandos e a importância de trabalhar as temáticas propostas na lei 10.639/2003 e 11.645/2008 nas três escolas da rede municipal de ensino de Codó conveniadas ao Subprojeto.

Do material produzido, foi apresentado uma cartilha feita pelos bolsistas. A cartilha contava com uma apresentação sobre a lei 10.639/2003 e 11.645/2008, pontuando o que são as leis, quais seus objetivos e importância, personalidade negras e indígenas, brincadeiras, jogos e danças de cultura afro-brasileira e indígenas e referências de histórias que valorizam a cultura indígena, africana e afro-brasileira, como o pequeno príncipe preto.

Para finalizar a atividade, foi realizado entre as turmas uma dinâmica de perguntas e



respostas referente às leis. Ao todo foram realizadas quatro perguntas para cada série, para que assim houvesse um ganhador/a de cada série.

Para a realização da brincadeira, iniciamos primeiro fazendo perguntas para os alunos dos 6º ano, após terminar as perguntas e ter um ganhador/a, continuamos a brincadeira fazendo perguntas para os estudantes das turmas de 7º ano e assim que obtivemos mais um ganhador/a, iniciamos as perguntas aos alunos do 8º ano e assim sucessivamente até finalizar as perguntas com ganhadores em todas as séries.

Todas as turmas participaram das atividades realizadas, demonstrando interesse no que foi apresentado por meio de diálogos sobre suas realidades, que por sua vez estavam sendo representadas nas leituras em sala de aula, através de suas participações no desfile, no qual todos exibiram suas belezas negras, deixando ainda mais belas ao se caracterizarem com pinturas corporais, penteados, roupas e acessórios que retratam a cultura afro brasileira.

Figura 4: A) Aluno fazendo o acompanhamento da leitura de explicação de cartilha. B) Alunos no pátio da escola Senador Alexandre Costa participando da última atividade realizada pelos ribidianos.



Fonte: Autoria própria (2023).

No momento da última atividade todas as turmas mostraram-se interessadas e atentos nos diálogos, bem como na apresentação da cartilha. E no momento do jogo de perguntas e respostas, todos quiseram participar. Até porque, esse era um momento de festa na escola com diversos sujeitos que naquele momento expressavam sua diversidade no ambiente.

De fato, o ambiente escolar é um local que agrupa diversos sujeitos com as mais variadas divergências, onde esses indivíduos expressam suas culturas e identidades, portanto é importante ter a escola como local que promova uma “educação que favoreça a inter-relação dos diferentes grupos sociais e culturais, na perspectiva da igualdade, e que a promova positivamente, através de práticas pedagógicas democráticas” (Saavedra *et al.*, 2003, p.29).

De acordo com Gomes (2019, p.27), em seu livro “Educação para as relações étnico-raciais: desafios e perspectivas”, “é importante que as escolas criem espaços para o diálogo sobre diversidade, racismo e inclusão, para que os alunos possam se apropriar de uma



perspectiva crítica sobre essas questões”. Noutros termos, os alunos engendram formas de se defender e combater o racismo cotidianamente.

Freire (2005, p.60) acrescenta que “a educação crítica é a chave para a transformação social. Quando as pessoas são capazes de ver o mundo de forma crítica, elas estão mais propensas a questionar as desigualdades e injustiças sociais, o que pode levar a ações que promovam a mudança”.

Nesse contexto, realizar pequenos ou grandes projetos, sejam em ambiente escolar ou não, no que diz respeito às questões da diversidade étnico-raciais, tem resultado positivos no conhecer para entender, compreender, respeitar, valorizar e integrar a diversidade, proveniente das matrizes culturais presentes na sociedade.

Educar para questões étnico-raciais não é só importante, ela é necessária em nosso país, tendo em vista a falsa democracia racial que se sustenta no profundo racismo estrutural instalado secularmente em nossa nação.

Portanto, a inserção da história da cultura negra e indígena nas escolas é indispensável, pois ela reconhece a influência cultural desses povos para a formação do Brasil e oferece inúmeros benefícios que inclui, aspectos reparatórios, antirracistas e reconhecimento e valorização da diversidade brasileira. Nesse contexto, o Brasil pode avançar na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente de sua própria identidade.

Trabalhar o subprojeto na escola Senador Alexandre Costa, teve resultados positivos. Pois oportunizou trabalhar questões necessárias reivindicadas por movimentos sociais de forma contínua na sala de aula. No decorrer das atividades aplicadas, foi possível observar um comportamento de entendimento à cultura uma do outro e de respeito às diferenças físicas e sociais.

Disto isso, é perceptível a importância do PIBID para formação docente, pois além de incentivar a aproximação com a educação básica, proporcionou uma experiência com a sala de aula na criação de práticas pedagógicas. Para nós, futuras docentes, essa primeira experiência durante o curso de História, tem contribuído com a nossa formação, nos possibilitando qualificarmos a cada prática metodológica ativa. Fazer parte do programa tem nos proporcionado refletir em uma perspectiva crítica e humanizada, sobre problemas da rotina escolar e caminhos para enfrentá-los.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o projeto, ficou visível a importância do Pibid para formação docente, pois além proporcionar uma aproximação com o ambiente escolar, em especial a sala de aula, na função de professor/a, serviu de base para desenvolver diversas atividades relacionadas a aplicação da leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

O desenvolvimento do projeto despertou o interesse dos alunos da escola Senador Alexandre Costa, que se mostraram atentos ao que estava sendo repassado e se mantiveram participativos no decorrer da aplicação das diversas atividades realizadas durante todo o período de execução do Subprojeto.

De fato, o Subprojeto possibilitou transformar a sala de aula em um local de liberdade e materialização da igualdade, além de servir como base para a desconstrução de valores tidos como naturais, colaborou para o processo de desconstrução dos preconceitos, racismo e de estereótipos contra pretos, pardos e indígenas, além de se colocar em prática o que obriga as leis 10.639/2003 e 11.645/2008.



REFERÊNCIAS

AMBROSETTI, N. B. *et al.* Contribuições do Pibid para a formação inicial de professores: o olhar dos estudantes. *Educação em Perspetiva*, v. 4, n. 1, 2013.

BENEDITO, B. S.; CARNEIRO, S.; PORTELLA, T. (org.). *Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*. São Paulo: Instituto Alana, 2023. BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 11/10/2024.

CAPES. Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid><. Acesso em: 01 nov. 2016.

CARNEIRO, S. *Racismo estrutural e ações afirmativas: o desafio de promover a igualdade racial na sociedade brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

COSTA, C. D. M.; ARAGÃO SILVA, J. C (Org.). *O Pibid em terras de preto: a iniciação docente em meio às experiências de educação no campo e de educação ambiental em Codó-MA*. 1ª. ed. Curitiba: Appris Editora, 2019. v. 1. 155p .

COSSON, R. *Letramento Literário: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.6

CIENELLO, L. H. A. *Racismo e educação: uma perspectiva crítica*. São Paulo: Editora Cortez, 2008. p. 11.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 46ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005

GOMES, N. L. *Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos*. Revista on-line: *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

GOMES, N. L. *Educação para as relações étnico-raciais: desafios e perspectivas*. São Paulo: Selo Negro, 2019. p. 27.

JESUS, S. F. *a literatura afro-brasileira e indígena na formação de professores de sala de aula de literatura da secretaria municipal de Educação/SP*. São Paulo. 2017.

HOLANDA, D. S.; SILVA, C. S. M. *A contribuição do PIBID na formação docente: um relato de experiência*. XI Encontro Nacional de Educação Matemática. Salvador: [s.n.] p. 1-10, 2013.

LOPES, V. N. *Procedimentos didático-pedagógico e a conquista de novos componentes*. Brasília- Ministério da Educação, 2005. p, 185-200.

Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira / [organização Beatriz Soares Benedito, Suelaine Carneiro, Tânia Portella]. -- São Paulo, SP. Instituto Alana, 2023.



MATTOS, R. A. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007.

MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

MÜLLER, M. L.; PAIXÃO, L. P. Educação, diferenças e desigualdades. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro. São Paulo: Ed. Fundação Cultural Palmares, 2008.

Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

RAUSCH, R. B.; FRANTZ, M. J. Contribuições do Pibid à formação inicial de professores na de licenciandos bolsistas. Atos de Pesquisa em Educação, 8 (2), p. 620-641, 2013.

Revista da ABPN • v. 10, Ed. Especial - Caderno Temático: História e Cultura Africana e Afrobrasileira– lei 10.6 compreensão 39/03 na escola • maio de 2018, p.749-769 DOI 10.31418/2177-2770.2018.v10.n00.p749-769

SANTOS, Â. M. Vozes e silêncio do cotidiano escolar: as relações raciais entre alunos negros e não negros. Cuiabá: EdUFMT, 2005.

SAAVEDRA, A. *et al.* In: CANDAU, V. M. F. (Org.). Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.15-31.

SILVA, A. C. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. 2 ed. MEC/BID/UNESCO. Brasília: Ministério da Educação. 2005. p, 21-33

SILVA, C. dá S.; MARUYAMA, J. A.; OLIVEIRA, L. A. de O.; OLIVEIRA, O. M. M. de F. O Saber Experimental na Formação Inicial de Professores a Partir das Atividades de Iniciação à Docência no Subprojeto de Química do PIBID da Unesp de em Araraquara. Química Nova na Escola. Vol. 34, Nº 4, p. 189-200, 2012.

SOUSA, F. M. N. Linguagens Escolares e Produção do Preconceito. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10. 639/03, Brasília- DF. v. 1, p. 105 - 120, 2005.

TEODORO, C. OLIVEIRA, F. SANTOS, M.: Eu não quero me casar com uma menina pretnha: Interseccionalidade e Educação Infantil In:Infância e Marcadores Sociais da Diferença – Estratégias Teóricas e Metodologia no Contexto Brasileiro. Ed. IFSertão PE. Petrolina - PE. 2023. p. 26- 43.